



O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL QUANTO AO ACESSO DO USUÁRIO SURDO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MACHADO, Talita Sharon
PIMENTEL, Laís Ribeiro Guebur (Orientadora)

Resumo

A acessibilidade é direito de todos em suas dimensões. Este artigo propõe a reflexão de como ocorre a relação da prática profissional do assistente social com o usuário surdo no acesso à Política Nacional de Assistência Social, utilizando como campo de investigação o Centro de Referência de Assistência Social - Região Leste do Município de Pinhais. O estudo teve como objetivo analisar o trabalho de intervenção do Serviço Social no acesso aos direitos da pessoa surda. A pesquisa utilizou-se de referencial teórico e grupos focais de entrevista com assistentes sociais e usuários surdos referenciados no CRAS Leste. Várias questões e sugestões de melhoria foram levantadas pelos entrevistados, permitindo entender a importância da intervenção técnica com essa minoria, assim como a atenção do Serviço Social à comunidade surda na busca pela concretização das práticas de cidadania.

Palavras-chave: Serviço Social; pessoa surda; minoria surda; Assistência Social.

Abstract

Accessibility in all yours dimensions is the right of all. This article proposes the reflection of how the relationship between the social workers professional practice and the deaf user in the access to the National Social Assistance Policy is analyzed, using as a field of research the Reference Center for Social Assistance - Municipality of Pinhais. The purpose of this study was to analyze the work of Social Service intervention in the access to the rights of the deaf person, The research used a theoretical framework and focus groups of interview with social workers and deaf users referenced in CRAS Leste. Several questions and suggestions for improvement were raised by the interviewees, allowing the understanding of the importance of technical intervention with this minority, as well as the attention of the Social Service to the deaf community in the search for the concretization of citizenship practices.

Keywords: Social Service; deaf person; deaf minority; Social Assistance.

INTRODUÇÃO

O profissional de Serviço Social atua como facilitador de acesso dos cidadãos aos seus direitos, considerando fatores sociais como equidade e liberdade, na tentativa de romper barreiras e burocracias que impeçam ou dificultem o usufruto pleno dos direitos humanos, sociais e de cidadania.

A assistência social, tratando-se de um direito de cidadania, faz-se necessária a reflexão desta política na contemporaneidade, pois *“a Assistência Social se coloca como reivindicação básica na luta pela construção da cidadania”*, portanto o assistente social deve estar:

“Comprometido com os interesses dos setores populares na perspectiva de redimensão e resgate da assistência social como direito [...] no interior das instituições destinando-se ao atendimento de demandas diferenciadas [...] tendo em vista [...] o avanço da construção do projeto hegemônico dessas classes” (SILVA, 2011, pp. 240-242).

O trabalho do profissional de Serviço Social está ligado então, sempre em relação à luta pela defesa de uma sociedade mais justa. As minorias fazem parte desse público, e a defesa de uma sociedade acessível a todas as pessoas perpassa também pelos direitos do usuário surdo à política de assistência social.

Para isso, buscou-se refletir e analisar como se dá o trabalho do assistente social no acesso aos direitos da pessoa surda, tendo como campo referencial o Centro de Assistência Social - CRAS Leste no município de Pinhais. Contudo faz-se necessário considerar quem é este sujeito - cidadão surdo - e a visão da sociedade para com ele.

O surdo é considerado incompatível, face a ideologia do estereótipo, como explica Skiliar (1998):

Nunca a representação estereotipada vai dar à representação da identidade surda um lugar social. O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois imobiliza-o a uma representação contraditória, a uma representação que não o conduz a uma política da identidade (pp. 54 e 55, 1998).

Nesta perspectiva, é importante salientar que uma das barreiras enfrentadas pelo surdo é a construção política a partir do “poder ouvinte”, ou seja, numa perspectiva ouvintista, daquele sujeito considerado “normal”. Michael Rogin (apud Skiliar, 2001, p. 55)¹ cita a *mais valia simbólica* que se trata de um acúmulo de estereótipos construídos pela hermenêutica dominante, do forte discurso ouvintista discriminatório.

É necessário desapropriar-se do conceito de “corpo danificado”, algo que precisa ser curado, pois possibilita distanciamento de questões como a necessidade de normalização na perspectiva de uma maioria ouvinte e parte-se para o entendimento de uma construção de identidade do sujeito, em respeito às suas diferenças.

A sociedade brasileira a partir de um senso comum, reproduzido fortemente pela mídia, forma reproduções sociais do corpo “normal”, saudável, ideal, com uma perspectiva patológica, assim como foram ou são tratados grupos como LGBT's², pessoas com deficiência e outras minorias. Um exemplo claro disso é quando nasce uma criança surda, e a primeira reação dos familiares é de susto, sendo indispensável a maneira de passar a notícia abordada pelo médico. Imediatamente inicia-se uma busca pela “cura” ou solução do “problema”.

A verdade é que a criança surda realmente não tem um mundo preparado para acolhê-la, por isso a busca constante pela “cura” no lugar de lutar por uma sociedade mais inclusiva. O que não se considera é que o surdo de nascença não sente falta da audição. A deficiência é uma concepção imposta pelas pessoas ouvintes, fato contribuído pelo Congresso de Milão de 1888, que proibiu a língua de sinais por um período que completou um século inteiro.

Quanto à cultura surda, é essencial o entendimento de que não são apenas sujeitos surdos que a formam, mas os usuários da língua de sinais. Dentro de qualquer cultura existe um multiculturalismo, ou seja, essa se

¹ ROGIN apud STAM, Robert, SHOHAT, Ella. Estereótipo, Realismo e Representação Racial. Imagens, Campinas, nº 5, ago./dez. 1995, p. 72

² LGBT ou LGBETTT é a sigla usada para referenciar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Embora refira apenas seis, é utilizado para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento.

constrói a partir da relação com outras culturas, inclusive com a cultura ouvinte nesse caso (GESSER, 2009, p. 52).

Vale reforçar que qualquer língua de sinais é tão natural e tão humana quanto qualquer língua oral³, com todos aspectos que formam sua estrutura gramatical fazendo-a (compreendendo-se uma) língua. A apropriação da língua de sinais é extremamente importante na definição da identidade do povo surdo. Considerando isso para o entendimento de cultura surda, essa identidade surda proporcionará ao sujeito um campo de saber e poder, na construção de visão de mundo, do modo de ser, no entendimento e na transformação da sociedade. Isso constitui uma conjuntura de consciência política, valores, movimento social, lutas, direitos e estratégias (PERLIN e STROBEL, 2014).

Um atendimento de qualidade e eficiente à pessoa surda pelo profissional de assistente social, então, dentro do contexto atual, é muito mais do que compreender sua cultura, falar a sua língua e permitir-lhe o acesso a informação, é respeitá-lo enquanto um cidadão de direitos.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência Assistência de Social– CRAS – Região Leste do município de Pinhais, local onde foram vivenciados experiências e planejamentos com a população surda, a partir do estágio de Serviço Social. O Serviço Social do CRAS Leste, tendo acesso à comunidade surda frequentemente, permitiu criar um tema de pesquisa pertinente à realidade vivenciada e aliando-se ao interesse pela Língua Brasileira de Sinais – Libras desta pesquisadora.

Para realização da pesquisa, utilizou-se da demanda dos surdos no CRAS, buscando-se saber quais eram suas dúvidas, como se realiza o atendimento do profissional de Serviço Social ao surdo e quais as barreiras encontradas. Por meio desta obteve-se sugestões por parte das assistentes sociais e usuários surdos para que melhorias fossem realizadas, objetivando-

³ Há existência de línguas artificiais que são aquelas criadas com um propósito específico de comunicação, tendo como exemplo na língua oral o *esperanto* e na língua de sinais o *gestuno*.

se concretizar uma luta por uma sociedade justa e livre de discriminações historicamente determinadas.

O caminho percorrido para investigação do tema, primeiramente foi a partir de uma perspectiva bibliográfica para contextualização no trabalho e também formação do alicerce teórico básico e necessário para construção deste artigo. Em seguida procurou-se a aproximação dessa realidade em campo, realizando entrevistas com usuários surdos e profissionais do Serviço Social do CRAS Leste, para esclarecer questionamentos que compunham o trabalho, baseado na pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso entregue em agosto de 2015 ao Centro Universitário UNIBRASIL com o tema: *O Trabalho do Profissional de Serviço Social no Acesso aos Direitos do Usuário Surdo do Centro de Referência da Assistência Social Região Leste-Pinhais*.

A pesquisa de campo se deu por meio de entrevistas com dois grupos focais. O primeiro grupo formado por sete surdos, usuários do CRAS, e o segundo por três profissionais do Serviço Social atuantes neste local na época das entrevistas.

O artigo foi realizado a partir da consideração de que o exercício profissional do Serviço Social tem como um de seus instrumentos a participação no campo de luta para tomar espaços e formar consciências críticas em relação à desigualdade, eixo articulador do assistente social, como *proposta metodológica de ruptura* com o conservadorismo, por SILVA e SILVA (1995, pg. 220). É um desafio que se faz necessário, inclusive para a não sujeição ao conformismo, afinal é no cotidiano que o assistente social participará do desenvolvimento do projeto de uma sociedade justa, igual e com autonomia para criar sua história.

Assim, espera-se que a reflexão do trabalho do assistente social na busca pela garantia do acesso aos direitos sociais das pessoas surdas, dê visibilidade e desperte interesse desses profissionais com o fim de qualificar o atendimento desse público, visto que se trata de uma minoria historicamente excluída que luta para conquistar espaços na sociedade, enfrentando em seu

cotidiano estereótipos discriminatórios. Vale lembrar da responsabilidade ética do assistente social na participação dos movimentos de luta das minorias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES OU REVISÃO DE LITERATURA

É de responsabilidade do profissional do Serviço Social proporcionar condições e possibilidades de acesso também ao usuário surdo, realizadas a partir de um atendimento com qualidade.

Nas entrevistas, portanto, foram levantados questionamentos e apontamentos como: demandas do usuário surdo no CRAS Leste, o trabalho interventivo feito pelo assistente social para o acesso dos usuários surdos aos seus direitos, dificuldades encontradas e melhorias a serem realizadas nos atendimentos do Serviço Social aos usuários surdos.

Os motivos de atendimento dos surdos no CRAS foram diversos. As assistentes sociais relataram que as maiores demandas dos surdos por elas percebidas são os benefícios de Isenção tarifária (URBS para Curitiba e METROCARD para Pinhais) e Passe Livre (intermunicipal e interestadual).

Os usuários surdos apresentaram outras demandas, como por exemplo a isenção da 2ª via de alguns documentos e inscrição e orientação para o Casamento Comunitário, - estes ocorrendo por meio do projeto municipal de Pinhais realizado anualmente. Isso revela que, mesmo sendo que a maior demanda seja a citada pelas profissionais, diversos outros motivos levam a população surda ao CRAS.

Os usuários surdos, citaram também diversas dúvidas sobre alguns serviços, como por exemplo a Isenção Tarifária que, devido a sua complexidade burocrática, há dificuldade para se conseguir o acesso. Nesse sentido, explanaram também sobre a dificuldade de comunicação existente entre esses usuários e órgãos públicos, muitas vezes com situações em que a mensagem passada é diferente da informação entendida pelo surdo.

As profissionais explicaram que a população surda tem acesso às informações sobre os serviços a partir do compartilhamento de informações por intermédio de seus pares surdos, presente na cultura surda. Ainda contaram que alguns planejamentos foram realizados como forma de inclusão dos

usuários aos serviços do CRAS. É papel do Serviço Social construir planejamentos de ação conforme a realidade dada, a partir de uma compreensão da dinamicidade das expressões da Questão Social historicamente construídas. Silva (2011) narra essa questão, indicando que a profissão:

[...] se insere e desenvolve uma ação que lhe é pertinente enquanto prática específica. [...] O objeto é apreendido pelo sujeito e pelos objetivos que o sujeito pretende alcançar na relação que estabelece com os fenômenos sociais, objetos de conhecimento e de intervenção, [...] cujo principal eixo é o compromisso com os setores populares (2011, p. 246).

Mesmo com essas intervenções propostas, os entrevistados surdos trouxeram alguns exemplos de atendimentos interventivos recebidos nos últimos anos pelo Serviço Social do CRAS Leste, e se pode perceber que alguns dos entrevistados surdos não tinham clareza do tipo de atendimento recebido, não sabendo diferenciar o atendimento técnico do Serviço Social de outros profissionais que compõem a equipe do CRAS.

Há uma concepção superficial sobre o trabalho profissional do assistente social, não só pelos surdos, mas pela sociedade de maneira geral. Compreendido apenas como alguém confiável e que se pode contar, não há clareza do trabalho exercido pelo profissional, acarretado por um contexto histórico do Serviço Social antes do rompimento da profissão com o caráter assistencialista e filantrópico (GUERRA, 2007).

As profissionais destacaram que o que se busca é realizar o mesmo atendimento ao surdo e ao ouvinte. Dessa forma, percebe-se o zelo das profissionais pelo direito de igualdade. Em contrapartida, pode-se analisar se é realmente possível alcançar a igualdade quando não se consideram as diferenças - o outro como diferente pode-se nomear de equidade - para realização do atendimento técnico. Não se trata de discriminar, mas de perceber a diversidade humana e a partir disso lutar por uma sociedade igualitária.

As profissionais reconheceram em seu discurso a luta do surdo pela oficialização da língua, diferenciando o surdo da pessoa com deficiência. Essa constatação das profissionais prova a análise crítica crucial do Serviço Social.

Uma das assistentes sociais considerou importante o fato de muitos surdos utilizarem a oralização, fato que facilita a conversação, assim como a escrita do português no papel. É importante lembrar que dentro de uma perspectiva de “educação bilíngue” que melhor abrange a necessidade do surdo, a língua portuguesa é ensinada ao surdo brasileiro, sendo direcionada à escrita e não à língua falada propriamente. A língua portuguesa, falada ou escrita, é a segunda língua do surdo, portanto, até por falta de acesso a uma educação adequada, o surdo não tem conhecimento aprofundado da língua portuguesa, entendendo-se então que a escrita não possibilita uma conversação bem compreendida.

Nessa perspectiva, percebeu-se a necessidade de qualificar o entendimento do que se trata o reconhecimento da língua de sinais utilizada pelo surdo. Barros e Hora (2009) explicam melhor essa questão:

“A sociedade muitas vezes afirma que o povo surdo tem sua cultura, mas não a conhece. Comentam e afirmam que como na sociedade a maioria dos sujeitos é ouvinte, o sujeito surdo tem que viver e submeter-se a essa maioria que o rodeia” (STROBEL, 2008, p. 82 *apud* p. 39). Esta ideologia, que carrega a perspectiva clínico-patológica [...] atrapalha o fortalecimento da cultura surda e consequentemente, provoca atrasos no desenvolvimento dos sujeitos surdos, pois, sem terem suas necessidades atendidas na cultura ouvinte, sente-se 'isolados', 'sozinhos' e, sofrem com a falta de comunicação eficiente através de uma língua” (2009, p. 39).

Outra questão referente à pesquisa, ainda sobre o que tange a inclusão nos espaços sociais, foi questionado sobre de que forma os usuários surdos têm acesso a informações e atendimento adequado dentro do contexto da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Identificou-se então que existe uma falha em relação ao atendimento da pessoa surda, não havendo profissionais qualificados (tradutores- intérpretes de libras) para mediar a comunicação, tão pouco profissionais da área de Serviço Social que conheçam

a língua de sinais e que sejam capazes de transmitir as informações necessárias a esses usuários.

Outro ponto importante, é quanto à relevância da contextualização relativa ao histórico da luta dos surdos e as questões culturais que envolvem esse sujeito, para que o atendimento técnico das profissionais a esses usuários seja de qualidade. As assistentes sociais relataram não perceber a necessidade de conhecer todo o histórico do usuário surdo, pois não se diferencia no atendimento técnico, sendo investigadas as mesmas questões de uma pessoa ouvinte para realizar uma intervenção. Este é um grande equívoco por parte dessas profissionais, pois ao realizar o atendimento deste sujeito do mesmo modo que de um sujeito ouvinte, não lhe proporciona condições e possibilidades igualitárias no que tange principalmente à acessibilidade comunicacional, ou seja, ao buscar-se um atendimento de qualidade ao usuário surdo é necessário considerar suas características específicas, sua história e sua cultura.

Quanto a isso, Silva (2011) discorre sobre a definição do objeto de intervenção “constituído mediante a articulação entre intervenção teórica na realidade e intervenção prática” (p. 244). A autora alega que pesquisadores da área de Serviço Social colocam como exigência para o Serviço Social “a articulação entre o conhecimento produzido e a intervenção empreendida, tendo em vista o resgate de elementos teóricos que fundamentam e redimensionam a sua intervenção” (p. 246).

É importante recordar que o Serviço Social é uma profissão que busca a compreensão do macro para intervir no micro, ou seja, procura apreender a realidade a ser realizada na intervenção a partir do contexto social, histórico, político, econômico e cultural. Sabe-se que quanto mais amplo o conhecimento da realidade, mais qualitativa e profunda a intervenção profissional se torna.

Sobre as dificuldades enfrentadas, todos os entrevistados relataram a comunicação como principal barreira, afinal a informação nem sempre é completa. As assistentes sociais incluíram uma comparação com o atendimento ao usuário haitiano, por exemplo, quando se deparam novamente com ruídos na comunicação.

Ainda sobre a comunicação, os usuários surdos falaram da importância de ter um intérprete da língua de sinais que acompanhe os atendimentos. As assistentes sociais relataram que não veem a possibilidade desse profissional os acompanhar, mas que a comunidade se fortalece quando se depara com situações como essas, mobilizando familiares e vizinhos para auxílio.

O usuário, encontrando-se em uma situação de dependência da movimentação e ajuda da comunidade, fortalece o Estado mínimo, portanto, fragmentam-se vários direitos, inclusive um crucial, do direito de ir e vir, garantido pela Constituição Federal de 1988. O exercício profissional do assistente social, segundo Iamamoto (2001):

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que vivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p.75).

Por outro lado, também podemos entender que em virtudes das condições de trabalho, da precariedade encontrada no campo de atuação, que restringe a instrumentalidade, o profissional Assistente Social esteja em parte impossibilitado de intervir de fato na demanda apresentada, porém o faz dentro da perspectiva de inclusão adotada.

Nesse sentido de liberdade, pode-se pensar na luta do Serviço Social pela equidade. Assim, na questão do atendimento à pessoa surda existe o direito de ser igual, de ser atendido com o mesmo sigilo que uma pessoa ouvinte, ou seja, o usuário muitas vezes tem receio de expor sua vida para o assistente social e isso é dificultado mais ainda se acompanhado por um colega ou familiar.

Diante destes argumentos e discussões que a pesquisa alavancou, destaca-se a importância de instigar o trabalho profissional do Serviço Social para contribuição ao acesso dos direitos da pessoa surda, fundamentalmente ao direito à assistência social. A análise dos dados proporcionou elencar e

discutir em uma perspectiva da construção histórico crítica, os avanços e desafios que tanto os profissionais da área do serviço social, quanto os usuários surdos enfrentam no contexto social atual.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de considerar a dívida sócio-histórica para com a minoria surda que foi excluída durante anos em sua trajetória, destaca-se também a luta histórica pela conquista da Assistência Social, em que há ainda muito para se avançar, principalmente no cenário político vivenciado pelo país neste momento, o qual causa grande impacto nas políticas públicas e direitos conquistados de forma muito árdua.

Percebeu-se a contrariedade da assistência social, que aponta para garantir a sobrevivência dos excluídos sociais através da proteção social assistencial, ao mesmo tempo em que segue a lógica neoliberal de conservar a classe privilegiada. O Serviço Social deve atentar para a assistência, um direito de cidadania, como resultado da desigualdade econômica, sendo, portanto, conveniente para a manutenção dos direitos garantidos à burguesia. Assim, a profissão se insere na política de caráter contraditório, superando as características capitalistas, a partir da negação das formas de manutenção da exploração e opressão.

A prática da profissão na assistência social se dá no campo dos direitos, incentivando a participação e mobilização popular nas instituições, políticas públicas e direitos sociais. Essa consciência é importante para que o assistente social lembre que sua atuação profissional vai muito além da prestação burocrática de serviços, mas que se amplia e tem intervenção direta nas relações sociais e na divisão social do trabalho, superando o caráter assistencialista das políticas.

O Serviço Social possui um Projeto Ético Político que tem como foco a luta por uma nova ordem societária justa e igualitária. Dessa forma, o assistente social tem um compromisso ético de participação das lutas dos trabalhadores explorados pelo capitalismo e das minorias que envolvem esse modelo de sociedade.

A classe trabalhista é formada por grupos socialmente excluídos e o Serviço Social se aproxima da luta conhecendo os motivos e objetivos de lutas, respeitando, sempre, a diversidade existente, e percebendo a concepção que há historicamente, da comunidade surda ser afastada da sociedade, e cotidianamente em luta pelo reconhecimento de sua identidade.

Outra reflexão gerada na construção desta pesquisa foi de como se dá a inclusão do surdo em ambientes onde prevalece o uso da língua oral. Acredita-se que o respeito e a preocupação com a justiça social sejam cruciais para a efetivação da inclusão social e efetiva a participação dos surdos em qualquer âmbito político e social.

A pessoa surda foi por muitos séculos julgada como incapaz de tomada de decisões pelo sujeito ouvinte. Isso acarretou diversas formas de discriminação e exclusão social. Por muito tempo o surdo foi avaliado clinicamente pela sociedade ouvinte, fato enfrentado pela comunidade surda até os dias de hoje. Embora possa-se perceber que a comunidade surda muito se fortaleceu, acredita-se que como forma de sobrevivência, há ainda muito a se conquistar.

Direito não é uma garantia eterna e deve-se ter muita atenção para que não se perca, uma vez em que a sociedade brasileira vive exposta a um sistema capitalista e opressor. Aqui cabe o trabalho do assistente social em busca da efetivação, desenvolvimento e garantias do direito em todos os âmbitos.

Quanto à comunicação dos surdos em um mundo ouvinte, muito citada no decorrer do trabalho de pesquisa, é importante que a profissão se aproxime dos elementos culturais da população surda, inteirando-se das questões da identidade surda, para que o trabalho profissional possa ter uma intervenção mais profunda e efetiva, possibilitada pelo conhecimento, afinal, o assistente social não deve observar apenas a árvore, mas toda a floresta que a rodeia⁴.

O aprendizado da língua de sinais com certeza é importante para uma comunicação direta entre o profissional e usuário surdo, sem a necessidade de mediadores, mas essa realidade pode ser superada com o acompanhamento

⁴ Analogia proposta pela Professora Elza Maria Campos, professora do Serviço Social no UniBrasil.

de um intérprete de Libras. Isso posto, é fundamental que esta língua visual-motora seja reconhecida pelo Serviço Social.

Nessa questão, cabe um parêntese pertinente sobre a introdução da disciplina de Libras no curso de Serviço Social do Centro Universitário UniBrasil, sendo um fator demasiadamente relevante no entendimento de que possibilita o acesso a informações estratégicas para a formação profissional. Sabe-se que em um semestre, tempo da disciplina de Libras na universidade, não se obtém fluência na língua, mas ocorre uma aproximação dos formandos com a realidade cultural surda, oferecendo maior arcabouço teórico para futuros planejamentos interventivos com essa população, que provavelmente será atendida em algum momento pelo profissional.

Sendo realizado um encontro com cada grupo focal de pesquisa, foram essas questões que puderam ser observadas de acordo com o assunto, lembrando que houve interesse no tema de todos os envolvidos no processo de pesquisa, facilitando a abordagem e exploração de cada subtema.

Propõe-se ao Serviço Social novas pesquisas sobre o tema, visto que ainda há muito a ser explorado e discutido para a construção de intervenções técnicas na realidade da população surda de forma criativa e efetiva. Nesse sentido, destaca-se a dívida histórica para com os surdos, conforme as opressões que esse grupo de pessoas vivenciou durante séculos. Essa dívida social histórica, infelizmente, ainda é muito questionada na tentativa de se retirar a responsabilidade da sociedade ouvinte e do governo.

É importante que a categoria dos assistentes sociais tome consciência dessa questão como contexto político para aperfeiçoamento de análise crítica dos profissionais, bem como da importância de trabalhar pelo reconhecimento dos direitos sociais e de cidadania dos surdos, pelo Estado e pela sociedade, participando da luta dessa minoria em prol da visibilidade da multiculturalidade da comunidade surda. Que o Serviço Social considere a diversidade surda como parte da classe trabalhista, para reflexão das práticas profissionais na intervenção na realidade da pessoa surda.

Fica então o desafio de respeitar a diversidade e buscar mais qualidade no atendimento técnico interventivo a cada usuário surdo que quer e espera ser ouvido pelos profissionais de Serviço Social.

Referências

BARROS, Josibel Pereira; HORA, Mariana Marques. **Pessoas Surdas: Direitos, Políticas Sociais e Serviço Social**. Monografia de Serviço Social UFPE. Recife - PE, 2009. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/012_anexos_pessoas_surdas_direitos_politicas_sociais_e_servico_social_barros_hora.pdf Acesso em: 2/4/2016, 20h.

BRASIL, **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª ed. rev. E atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

GESSER, Audrei, **LIBRAS: Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PERLIN, Gladis e STROBEL, Karin. **História cultural dos surdos: desafio contemporâneo**. *Educ. rev.* [online]. 2014, n.spe-2, pp. 17-31.

SIKILAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do assistente social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.